

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 538.051 - SP (2019/0301040-5)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : DAVI PIETRANTONIO E OUTRO
ADVOGADOS : GLAUBER BEZ - SP261538
DAVI PIETRANTONIO - SP391532
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : GIOVANNI BRUNO ALE DI GIROLAMO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de GIOVANNI BRUNO ALE DI GIROLAMO contra decisão proferida por Desembargador Relator, que indeferiu liminarmente o *habeas corpus* impetrado no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC n. 2219198-44.2019.8.26.0000).

Consta dos autos que o paciente foi condenado, em primeiro grau de jurisdição, à pena de 2 anos de reclusão, em regime inicial fechado, e multa, pela prática do crime previsto no art. 33, *caput* e § 4º, da Lei n. 11.343/2006 (e-STJ fls. 20/37).

Irresignadas, as partes interpuseram apelações, que se encontram em processamento na origem.

Paralelamente, a defesa impetrou *habeas corpus* na Corte local, sobrevindo decisão monocrática do Relator no sentido de indeferir liminarmente o *writ* (e-STJ fls. 254/256).

No presente *mandamus* (e-STJ fls. 3/19), os impetrantes sustentam que a negativa de análise da impetração originária impôs constrangimento ilegal ao paciente, pois importou na manutenção do regime inicial fechado estabelecido sem fundamentação idônea. Afirmam que o paciente é tecnicamente primário, possui bons antecedentes, residência fixa e trabalho lícito, além de destacarem que o tráfico privilegiado não é crime hediondo, motivo pelo qual o regime inicial deve ser abrandado.

Superior Tribunal de Justiça

Ao final, liminarmente e no mérito, pedem a concessão da ordem para que o regime inicial seja abrando para inicial aberto.

É o relatório. **Decido.**

De início, o presente *habeas corpus* não comporta conhecimento, pois impetrado em substituição a recurso próprio.

Ademais, os impetrantes não comprovaram o exaurimento da instância originária, pois trata-se de decisão monocrática proferida na origem, sobre a qual é cabível recurso voltado ao próprio Tribunal *a quo*, razão pela qual o presente *writ*, também sob esse prisma, revela-se incabível.

Acerca do não cabimento de *habeas corpus* nas hipóteses em que não há o exaurimento da instância originária, segue a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. INDEFERIMENTO LIMINAR. ART. 210 DO RISTJ. ORDEM IMPETRADA CONTRA DECISÃO SINGULAR DE DESEMBARGADOR DO TRIBUNAL DE ORIGEM. AUSÊNCIA DE ESGOTAMENTO DAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. INCOMPETÊNCIA DESTE SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. RECURSO DESPROVIDO.

- *Compete ao Superior Tribunal de Justiça apreciar habeas corpus impetrado nas hipóteses em que a autoridade coatora ou o paciente estejam indicados no art. 105, inciso I, alíneas a e c, da Constituição Federal.*

- *No caso, o writ foi impetrado contra decisão monocrática de proferida por relator no Tribunal de origem, a qual não foi impugnada por recurso cabível, objetivando submeter a decisão à apreciação do órgão colegiado. Uma vez não esgotada a instância ordinária, é manifesta, portanto, a supressão de instância. Precedentes do STJ e do STF.*

- *Agravo regimental desprovido (AgRg no HC 332.057/BA, de minha relatoria, Quinta Turma, DJe 28/3/2016).*

HABEAS CORPUS. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. WRIT IMPETRADO CONTRA DECISÃO SINGULAR DE DESEMBARGADOR DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. NÃO ESGOTAMENTO DA INSTÂNCIA. IMPOSSIBILIDADE DE

Superior Tribunal de Justiça

CONHECIMENTO DO INCONFORMISMO.

1. É inviável o conhecimento do presente mandamus, uma vez que o impetrante se insurge contra decisão singular de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, contra a qual seria cabível agravo regimental, que não foi interposto. Precedente do STF.

[...]

3. Habeas corpus não conhecido (HC 315.608/PE, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 20/5/2015).

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ORDINÁRIO. HABEAS CORPUS. DECISÃO MONOCRÁTICA. NECESSIDADE DE ESGOTAMENTO DE INSTÂNCIA. ART. 102, II, CF. PRECEDENTES.

I - O recurso ordinário em questão foi interposto contra decisão monocrática proferida pela relatora nos autos do respectivo habeas corpus, não tendo a parte recorrente interposto agravo regimental para esgotamento da instância, com vistas a atender os ditames do art. 102, II, da Constituição Federal.

II - Entendimento prestigiado tanto por este Tribunal quanto pelo colendo Supremo Tribunal Federal. Precedente: RHC n. 124.734, Rel. Min. Luiz Fux, DJe de 30/10/14).

Agravo regimental desprovido (AgRg no RO no HC 284.895/SC, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, Corte Especial, DJe 9/3/2015).

AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. ATO COATOR. DECISÃO MONOCRÁTICA DE DESEMBARGADOR. INCOMPETÊNCIA DESTA CORTE. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PLEITO DE AGUARDAR EM LIBERDADE O JULGAMENTO DO PEDIDO REVISIONAL. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE EFEITO SUSPENSIVO. ORDEM NÃO CONHECIDA. REGIMENTAL IMPROVIDO.

[...]

2. No caso, o writ foi impetrado contra decisão monocrática de relator que não foi impugnada pelo recurso cabível para submeter o julgado à apreciação do órgão colegiado, sendo, portanto, manifesta a supressão de instância.

[...]

4. Agravo regimental a que se nega provimento (AgRg no HC 260.849/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Quinta Turma, DJe 26/02/2013).

Superior Tribunal de Justiça

Esse entendimento também é adotado no âmbito do Supremo Tribunal Federal, conforme segue:

HABEAS CORPUS. PROCESSO PENAL. NÃO ESGOTAMENTO DE JURISDIÇÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. NULIDADE PROCESSUAL. NEGATIVA DE AUTORIA. NECESSIDADE DE EXAME DOS FATOS E PROVAS DA CAUSA. IMPOSSIBILIDADE. DEFICIÊNCIA DEFESA TÉCNICA. INOCORRÊNCIA. FLAGRANTE FORJADO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA.

1. Há óbice ao conhecimento de habeas corpus impetrado contra decisão monocrática de Ministra Relatora do Superior Tribunal de Justiça, em que negado seguimento ao recurso especial interposto naquela Corte, cuja jurisdição não se esgotou. Precedentes.

[...]

5. Habeas corpus extinto sem resolução de mérito (HC 120655, Relator(a): Min. ROSA WEBER, Primeira Turma, julgado em 10/6/2014, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-148 DIVULG 31-7-2014 PUBLIC 1º-8-2014).

Por fim, cabe consignar que a defesa e o Ministério público interpuseram recursos de apelação (e-STJ fl. 37), oportunidade em que a Corte local irá enfrentar todas as insurgências da defesa, de forma exauriente, em virtude do amplo efetivo devolutivo da apelação.

Ante o exposto, com base no art. 210 do Regimento Interno do STJ, **indefiro liminarmente** a petição inicial do *habeas corpus*.

Intimem-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator